

A realização do Estado Plurinacional da Bolívia: o indeterminado e o subversivo para além do Estado e da repercussão internacional

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento

 Flávio Conche do Nascimento

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

Cuiabá, MT – BRASIL

lattes.cnpq.br/2152142923703586

flavioconche@gmail.com

 orcid.org/0000-0003-1162-2326

Editores Responsáveis (Convidados):

Rogério Rosa Rodrigues

Universidade do Estado de Santa Catarina

orcid.org/0000-0002-5189-7095

João Paulo Avelãs Nunes

Universidade de Coimbra

orcid.org/0000-0003-0419-9179

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180317462025e0103>

Recebido: 30/07/2025

Aprovado: 01/12/2025

A realização do Estado Plurinacional da Bolívia: o indeterminado e o subversivo para além do Estado e da repercussão internacional

Resumo

Este artigo faz uma leitura em perspectiva histórica da realização do Estado Plurinacional da Bolívia em 2009. Aproveita o significado de “alternativa social” de sua repercussão internacional para fazer considerações sobre a imaginação histórica boliviana da última virada de século. A seguinte pergunta orienta as reflexões do texto: a Bolívia estava destinada a construir o Estado Plurinacional por ser um país de maioria populacional indígena? Buscando desviar de determinismos, o artigo privilegia as contingências e as apostas incertas dos sujeitos e coletivos que souberam negociar com hegemonias, pactuar acordos e ações dentro de um vocabulário político comum aos Estados modernos. Apresenta e oferece interpretações sobre as teorias e os conceitos propostos pela intelectualidade, as subversões e os impasses das demandas dos movimentos sociais e demais organismos políticos.

Palavras-chave: estado plurinacional; história da Bolívia; movimentos sociais; intelectuais.

The realization of the Plurinational State of Bolivia: the indeterminate and the subversive beyond the State and the international repercussion

Abstract

This article presents a historical perspective on the creation of the Plurinational State of Bolivia in 2009. It takes advantage of the “social alternative” meaning of such an achievement in the international repercussion to make considerations about the Bolivian historical imagination at the turn of the last century. The following question guides the text’s reflections: Was Bolivia destined to become a Plurinational State because it has an indigenous population? Seeking to avoid determinism, the article focuses on the contingencies and uncertain bets of subjects and collectives who knew how to negotiate with hegemonies and agree on agreements and actions within a political vocabulary common to modern states. It presents and offers interpretations of the theories and concepts proposed by intellectuals, as well as the subversions and impasses of the demands of social movements and other political organizations.

Keywords: plurinational state; history of Bolivia; social movements; intellectuals.

Em tempos imemoriais, ergueram-se as montanhas, deslocaram-se os rios, formaram-se os lagos. [...] povoamos essa Mãe Terra com rostos diferentes, e compreendemos desde então a pluralidade vigente de todas as coisas, assim como nossa diversidade como seres e culturas. Formamos assim nossos povos, e jamais compreendemos o racismo até que o sofremos nos tempos sombrios da colônia.

O povo boliviano, de composição plural, desde as profundezas da história, inspirado nas lutas do passado, no levante indígena anticolonial, na independência, nas lutas populares de libertação, nas marchas indígenas, sociais e sindicais, nas guerras da água e de outubro, nas lutas pela terra e por território, tendo em memória nossos mártires, construímos um novo Estado.

[...] deixamos no passado o Estado colonial, republicano e neoliberal. Assumimos o desafio de construir coletivamente o Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário. [...] cumprindo o mandato de nossos povos, com a força de nossa Pachamama e graças a Deus, refundamos a Bolívia. Honra e glória aos mártires da gesta constituinte e libertadora, que fizeram possível esta nova história (Bolívia, 2009, tradução própria).¹

O Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário projetou as experiências da população boliviana a um nível de repercussão e interesse de análise nunca antes visto internacionalmente. *Estado Plurinacional*, como costuma ser abreviada a denominação do modelo de Estado, é oficialmente composto de 36 línguas, ou 36 nações, e foi construído no contexto das mobilizações sociais dos anos 1990 e 2000. Trata-se de uma novidade atravessada por temporalidades, histórias e diferentes futuros imaginados, conforme se vê nas mensagens do Preâmbulo da nova Constituição Política de Estado (CPE).

Tempo, história e Estado se combinam na passagem da CPE, depõem sobre a intenção de anunciar o *novo* (Koselleck, 2006), a propósito da existência de um novo momento da Bolívia e do surgimento de uma alternativa social diante do mundo. Em 2009, a Bolívia *já* tinha passado por 85 mandatos presidenciais, 37 deles com duração de por volta de um ano, 24 entre um e quatro anos, e 23 com mais de quatro. O país acumulava 189 golpes de estado e três desindexações de seu antigo território nacional: Antofagasta, na Guerra do Pacífico (1879-1884); a região do Acre, na controversa assinatura do Tratado de Petrópolis (1903); e o

¹ Assim como na passagem do Preâmbulo Constitucional, visando a uma melhor experiência de leitura, optou-se por traduzir para a língua portuguesa as citações originalmente escritas em castelhano.

Chaco, no conflito com o Paraguai (1932-1935). De um país *atrasado, instável e fragmentado* surgiu a ideia de um *novo país* (Camargo, 2006), a Nação de muitas nações (PNUD-Bolívia, 2007), lugar a partir do qual se poderia pensar alternativas sociais para uma humanidade em crise (Choquehuanca Turpo, 2006; Fusaro *et al.*, 2019).²

No posfácio de *Latino-americanos à procura de um lugar neste século* (2008), Néstor García Canclini afirma que apenas a Bolívia foi capaz de implantar inovações progressistas e estruturais na América Latina na virada do século XX para o XXI. Joan W. Scott, em *Os usos políticos da história* (2023), cita a Guerra da Água (revolta de 2000, mencionada no Preâmbulo da CPE) como a desobediência praticada por um *obsoleto aparente*, setores populares inseridos em histórias *multitemporais* e de *multicamadas*, erigidas por indígenas e campesinos.

Da memória de uma nação *ainda* por se realizar, de um Estado com dificuldades de oferecer seguranças sociais, a novidade plurinacional foi produto e condição da ação da imaginação histórica dos(as) bolivianos(as). Dos “anacronismos” que povoaram há até bem pouco tempo a representação internacional majoritária do país (a *Bolívia atrasada*), surgiu a imagem de um Estado preocupado com questões sociais, mas que aconteceu fora da “história moderno-europeia” do Estado de Bem-Estar Social, um conjunto de intempestividades que, à luz dos protestos, atualizaram o uso não linear da história e ressignificaram as maneiras de se imaginar o futuro através de recursos do passado.³

Em um contexto de *pós-tudo* (Komadina, 2001; Pereira; Mata, 2012), de “crises da modernidade” e supostos esgotamentos das metanarrativas, a plurinacionalidade conquistou lugares políticos e a atenção da teoria social.

² Os números dão conta da soma de mandatos presidenciais e golpes de estado apresentados em Mesa Gisbert (2003), Gonçalves (2016) e Montenegro Quiroga (1982).

³ Segundo Cleverson Rodrigues da Silva (2013), até 2013, existiam apenas quatro trabalhos sobre a Bolívia nos anais dos vinte anos de Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Número notavelmente diferente dos 368 trabalhos com vínculo ao tema “Bolívia” que em 2025 estavam ligados à Grande Área de Conhecimento das Ciências Humanas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em especial, dos 48 vinculados à Área de Conhecimento de História. A variação expressa o crescimento do interesse dos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as), não necessariamente no campo da história, mas das ciências sociais, do direito e das relações internacionais.

Defende-se neste artigo que os(as) bolivianos(as) fizeram da *nação* algo tão performático, assinalado para o “mundo”, quanto coisa cotidiana, inserida na vida em coletividade não necessariamente acessada pelos textos que escrevem sobre o(s) mundo(s) indígena(s) (Cunha, 2017). O país onde as crises não foram historicamente questão lateral, mas a regra (Sanjinés, 2009; Zavaleta Mercado, 2008), buscou tornar a plurinacionalidade um fenômeno de segurança jurídica do processo de transformação e preservou a gramática moderna de Estado visando à legitimidade e à garantia de comunicação “entre os mundos”.⁴

Discursos políticos e interpretações intelectuais são historicizados neste texto, descritos e analisados como elementos hegemônicos tensionados por contra-hegemonias (Svampa, 2010; Zavaleta Mercado, 2008). Nos primeiros itens do artigo, lança-se mão de trechos do Preâmbulo Plurinacional para introduzir aspectos da imaginação histórica. Durante o desenvolvimento das considerações, são apresentados os conceitos e as categorias de análise propostos pela intelectualidade, as demandas, bandeiras e estratégias dos movimentos. Desse entrelace, constrói-se uma síntese do processo de transformação, e, a título de conclusão, são indicados alguns dos seus impasses.

Aproveita-se também para apresentar obras com pouca circulação no Brasil, títulos cujos temas, problemas e conclusões reúnem mediações entre a sociedade e o Estado, modulações entre ações e ideias. Palavras escritas em outras línguas, que não o português, são destacadas em itálico, assim como alguns conceitos, termos e expressões. O mesmo vale para declarações como *ainda, já, finalmente*, cujos significados são atravessados por sentidos construídos por ideias de tempo (Hartog, 2013; Koselleck, 2006; Sanjinés, 2009; Tapia Mealla, 2009). Com o recurso, busca-se assinalar de quais sortes o *atraso* e o *progresso*, o *ainda não* e o *tardio* ajudaram a justificar o novo modelo estatal, de quais formas se fizeram valer nas contradições e nos impasses das mobilizações que se consolidaram na CPE.

⁴ Ao escrever “*mundo*”, está-se a emprestar os entendimentos da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2017), para a qual a “*cultura*” (entre aspas) assinala um recurso, uma afirmação de identidade com efeitos práticos diante de estruturas de poder, diferentemente da *cultura* (sem aspas), esta sim, referente ao cotidiano dos povos, compreensível e explicado apenas em contato mais próximo com cada etnia em específico.

Nova CPE: politização do tempo e despolitização dos agentes sociais

A nova CPE assimilou conteúdos conflitantes e o fez dentro dos limites de um acordo possível, não consensual. Suas letras foram aprovadas na Assembleia Constituinte de novembro de 2007, realizada na cidade de Sucre, confirmadas nos detalhes após um mês, em Oruro, com tópicos consolidados em outubro de 2008, no Congresso Nacional, em La Paz, até finalmente serem submetidas à apreciação, em referendo nacional, no primeiro mês de 2009. Representam a realização jurídica de questões políticas e sociais mais amplas, uma materialização cogente de histórias de disputas e de disputas históricas desenvolvida às voltas de diferentes periodicidades e de muitas histórias.

É neste sentido de centralidade dado ao tempo e à história que se pode identificar no Preâmbulo alguns dos elementos da imaginação histórica dos(as) bolivianos(as). Estão no texto, e estiveram em seu contexto de criação, problemas pensados na América Latina desde o século XIX: o caráter telúrico dos povos associados à terra, a geopolítica da Nação, o mítico e a história das soberanias políticas e administrativas de um mesmo e, ao mesmo tempo, novo Estado. Dada periodização nacional do tempo conforma a ideia de *plurinacional* apresentada na CPE, assegura-lhe força de representatividade e unicidade, um mesmo passado e história, um mesmo território e Nação.

Entre rupturas e continuidades, o *plurinacional* se inventou sobre o *nacional*, as *nações* encontraram na *Nação* a forma-manifesta de uma hegemonia erguida por contra-hegemonias. Na contra-hegemonia, estavam a transformação e a possibilidade de renovação das críticas aos determinismos feitas a partir de tensionamentos da estrutura social. O acontecimento jurídico, já de um ângulo hegemônico, deu-se em torno do Estado e refundou uma única e ampla identidade temporal, passados e futuros idealizados e, portanto, “maiores” do que as diferenças existentes entre as classes sociais, mesmo entre camponeses e povos originários. A avaliação crítica acerca do Estado Nação é evidente na abertura da CPE. No mais, foi a partir desta criticidade que um tipo de *contínuo* garantiu coerência às mensagens do texto (Romero Bonifaz, 2010).

Segundo Gunnar Mendonza Loza (2015), são três os problemas que tendem a obter proeminência na escrita da história boliviana: a luta pelo poder político,

as crises do Estado e a exploração dos recursos naturais. Hipótese que, no recorte deste artigo, ora se mostra no lugar-comum da *história* que se confunde com a *formação nacional*, mediante a valorização das práticas e da realidade vivida pelos agentes sociais, inventores da nação, e ora acontece através de um ideário autotélico, da nação que surge enquanto agente em si das transformações. Trata-se de um acontecimento controverso, possível de ser advertido desde o Preâmbulo Constitucional.

Atravessa o texto de abertura da CPE uma linha temporal que assimila memórias e justiça, um *topos* que organiza em um mesmo tempo a colonização, a Independência, os conflitos contra as oligarquias e o neoliberalismo. *Grosso modo*, a própria temporalidade encarna os significados das demandas e das conquistas sociais dos(as) bolivianos(as), mesmo o tempo histórico emerge como entidade dotada de agência. Por um lado, encontram-se na matéria a politização do tempo e a construção de legitimidades da figura do Estado. Por outro lado, conhece-se a despolitização dos sujeitos e coletivos, atividade feita em prol do caráter “extra-temporal” do Estado, contraditoriamente, estratégico para as conquistas e para as seguranças legais do processo de transformação.⁵

Eis a maneira que os(as) bolivianos(as) encontraram de dar vazão a demandas que *finalmente* se tornaram conquistas e direitos constitucionais. De modo que, desde logo, tenta-se assinalar que foi diante do tempo do Estado e da

⁵ A leitura se fundamenta nas análises sobre as narrativas dos Estados nacionais de Carlos Montenegro Quiroga (1982) e René Zavaleta Mercado (2008), estudiosos das relações entre as oligarquias e a chamada *questão nacional*, José Carlos Mariátegui (2010), Javier Sanjinés C. (2009) e Silvia Rivera Cusicanqui (2010b), intelectualidade formuladora e crítica de versões nacionalistas do indigenismo, Benedict Richard Anderson (ANDERSON, Benedict Richard O’Gorman. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.), Mario Rufer (RUFER, Mario. Tempo, nação, história. In: *ÀS VOLTAS COM O PÓS-COLONIAL: o conceito e suas implicações*. Serra: Milfontes, 2024, p. 57-87.), Elías José Palti (PALTÍ, Elías José. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.), autores mais conhecidos no Brasil, Valdei Lopes de Araujo (ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 132-147.), Maria da Glória de Oliveira, Fábio Franzini e Rebeca Gontijo (OLIVEIRA, Maria da Glória; FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Ordenar o tempo, nacionalizar o passado: temporalidade, historiografia e “formação” do Brasil. *Historein*, v. 17, n. 1, 2018.) e Temístocles Cezar (CEZAR, Temístocles. *História magistra vitae: ensaio sobre a (in)definição do topos nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX*. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante (org.). *Historiografia, cultura e política na época do Visconde de Santarém (1791-1856)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 21-46.), traçando paralelos com a moderna criação da nacionalidade brasileira.

Nação que o Plurinacional se tornou realidade e adquiriu viabilidade e condição de ser Estado. Contra o *Estado colonial, republicano e neoliberal*: na correlação de forças (Rivera Cusicanqui, 2010a; 2010b; Sanjinés, 2009; Svampa, 2010; Zavaleta Mercado, 2008), o novo Estado, uma vez realizado, passou a representar uma força ulterior, garantidora da coerência de um *coletivo singular*, não necessariamente universal (Koselleck, 2006), mas dotado de poderes diante dos quais os agentes da realização foram tanto *responsáveis* pelo ocorrido, quanto *agiriam em nome* do ocorrido.

Realizar pressupõe *cumprir algo, pôr algo em prática, torná-lo real*. A palavra está ligada a um sujeito ativo, determinado ou não, que transforma expectativas em algo posterior: realizado. Na aplicação, *realização* tem significado pragmático, o mesmo tanto que concentra conteúdos valorativos. Em português, e castelhano (*realización*), contempla certa ação e o resultado dela. Ao passo que em inglês, ou alemão, duas línguas importantes para as reflexões da filosofia e teoria da história, admite-se melhor a existência da *consciência diante da coisa realizada*, podendo ser a *constatação (realization)*, ou o *reconhecimento (realisierung)*. A propósito do recorte da oportunidade, o importante é que se saiba notar que o conteúdo da CPE anunciou questões oscilantes entre quem age no tempo e possui consciência do tempo.⁶

Ponto zero das rupturas e continuidades: hegemonia e contra-hegemonia

Naquela virada de século, declarar-se *Plurinacional* e *Comunitário* fez parte de uma gramática de Estado. Nasceu de reivindicações que se materializaram no reconhecimento dos povos originários e camponeses como sujeitos coletivos de

⁶ O sentido ambivalente da *realização* busca aportes em duas obras seminais do campo da história, dois exemplos da influência de autores alemães e dos provenientes de países falantes da língua inglesa: Koselleck (2006) e White (2008). Do *coletivo singular* de Reinhart Koselleck (2006, p. 52), nasceu, por extensão, a proposta da realização: “A ideia do coletivo singular [...] Permitiu que se atribuísse à história aquela força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar estar agindo.” Quanto a Hayden White (2008), veio dele o entendimento aplicado da *imaginação histórica*: a capacidade de organizar os ocorridos passados em narrativas que conferem significados de finalidade à história de forma mais ou menos especializada.

direito (Romero Bonifaz, 2010). Confederações sindicais, organizações campesino-indígenas, intelectualidade engajada, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais encontraram no momento uma oportunidade para construir críticas a três abstrações frequentes nas teorias gerais do Estado: a máxima liberal do sujeito universal, a equiparação do *sujeito* ao *indivíduo* e a noção de *nação* desprendida das estruturas de convívio e do metabolismo social (Cunha Filho, 2015; Iamamoto, 2008; Lacerda, 2014; Mata, 2016; Nicolas; Quisbert, 2014; Rivera Cusicanqui, 2010a; 2010b; Rocha, 2006; Sanjinés, 2009; Tapia Mealla, 2006).

Ser *Unitário*, *Social* e de *Direito*, em concomitância com o *Plurinacional* e o *Comunitário*, ratificou a divisão republicana entre os poderes, a legalidade e o sufrágio universal exercido por um mesmo e único povo. Em um processo relativamente inédito, indígenas das Terras Altas convergiram demandas das *terras comunais*, mais provenientes nos Andes, com as dos *territórios originários*, particularmente relevantes nas zonas úmidas e amazônicas das Terras Baixas. Não havia na Assembleia Constituinte um mesmo tipo de sujeito cidadão de direito liberal, herdeiro de ideários válidos para todos os lugares do mundo e, portanto, *também* para a Bolívia. Tampouco existia uma definição consensual acerca das *nações*. O que não impediu que os(as) bolivianos(as) continuassem a pensar a partir de tais motes, tomados tacitamente, em uma antiga prática de apropriação de signos, valores e ideários hegemônicos (Cunha, 2017; Cunha Filho, 2015; Romero Bonifaz, 2010).

Buscando articular interesses coletivos antes dos individuais, o Estado *da* Bolívia (tipo de predicado) incorporou as comunidades preexistentes à colonização às bailas das soberanias nacionais. O “modelo de Estado na nova Constituição”, escreveu Carlos Romero Bonifaz (2010, p. 22, tradução própria), “fez convergir três âmbitos da realidade social do país: a liberal, a comunitária e a regional. O Estado se reafirmou como 0 [zero], ou seja, um só centro do poder político.” Se para a hegemonia existir é necessário que forças dominantes cedam espaços para as contra-hegemônicas, leitura que segue as pistas deixadas por René Zavaleta (2008), uma primeira conclusão sobre o caso diz respeito à

ambiguidade da realização que tanto criou o novo modelo de Estado, quanto reafirmou a figura do Estado.

Tempos imemoriais, povo, nação, readaptados em 2009, representaram uma hegemonia, passo controverso em direção à linguagem universalizante da cidadania liberal, do Estado *na* Bolívia, dentro da *nova história*, através da qual setores contra-hegemônicos fizeram emergir as autonomias políticas, administrativas e territoriais (Olivé *et al.*, 2009; Svampa, 2010), a justiça e a economia comunitária (Tapia Mealla, 2002) e o pluralismo jurídico (Prada Alcoreza, 2013; Santos; Rodríguez, 2012).

A título de primeiro exemplo do agenciamento contra-hegemônico, destaca-se a Marcha Indígena pelo Território e pela Dignidade de 1990, ou seja, de quase duas décadas antes da promulgação da nova CPE.

Realizada em contexto de outros protestos e bloqueios de rodovias, a marcha se iniciou em Trinidad, capital do Beni, e durante 34 dias agremiou centrais sindicais, entidades e organizações indígenas, partidos políticos, pessoas que se deslocaram até La Paz, 4.300 metros acima, percorrendo o total de 650 quilômetros de distância. A marcha reuniu diferentes povos, das Terras Baixas e Altas: Guaranis, Urus e Chipayas, Quéchuas e Aymaras; e encerrou-se com a *wilanch'a*, ritual andino de sacrifício da lhama à *Pachamama*, um ato de celebração da primeira grande ação integrada das etnias que “ascenderam” à posição de *nações* em 2009.⁷

Alinha-se ao acontecimento a Reforma Constitucional de 1994, alteração do Artigo 1 do texto de 1967, pelo qual se declarou legalmente a origem *multicultural* e *pluriétnica* da Bolívia – desviando-se, no entanto, da *plurinacionalidade*, uma bandeira de reivindicação mais radical, proveniente de correntes sindicais e camponesas, conforme será mais bem explorado adiante. O dispositivo, por municipalizar as inscrições dos partidos políticos nas disputas

⁷ Artigo 5 da nova CPE: “São idiomas oficiais do Estado o castelhano e todos os idiomas das nações e povos indígena originário camponeses, que são aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní, guarasu'we, guarayu, itonama, leco, machajuyai-kallawaja, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quéchua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré e zamuco” (Bolívia, 2009, tradução própria).

eleitorais, facilitou as candidaturas de setores comunitários e indígenas, desdobrando-se, em especial, no crescimento parlamentar do Movimiento Al Socialismo (MAS), partido do primeiro presidente boliviano declaradamente indígena, Evo Morales Ayma.

Nascido no departamento andino de Oruro, mas radicado junto aos movimentos cocaleiros de Cochabamba (localizada entre o Altiplano e a Amazônia), não é de se estranhar a relevância política da figura de Evo. Em um país com 2/3 da população autodeclarada como pertencente a algum povo originário (García Linera, 2008), a própria formação política deste quadro político do MAS ecoou em diferentes regiões e galgou condições para representar identidades culturais diversas.

As movimentações articularam memória e mobilização nas “periferias” das esquerdas políticas (Travesso, 2021). As orientações anti-imperialistas que projetaram a candidatura do ex-cocaleiro, em paralelo, somaram-se ao crescimento de governos de esquerda (progressistas) da América Latina, e, em particular, introduziram maneiras de articular etnicidade, nação e soberania na política contemporânea, conteúdos e formas de pertencimento social, adesão e deliberação política. A democracia boliviana, “retardatária”, se comparada às experiências dos países do *Velho Continente*, mas dotada de semelhanças com seus vizinhos, expôs as contradições de se buscar equilibrar as demandas radicais das soberanias originárias com as cidadanias de Estado e protagonizou um fenômeno relativamente excepcional (García Linera *et al.*, 2016; Svampa, 2010).

Dando continuidade à exposição da contra-hegemonia boliviana, vale a pena citar a marcha de 1992, quando manifestantes ocuparam 130 quilômetros de estrada que ligavam a Província de Cordillera, departamento de Santa Cruz, à Machareti, Chuquisaca, em memória do massacre de Guaranis e Chiriguanos de 1892 – alusão centenária ao violento processo de expansão da pecuária bovina na região. Tal como interessa sublinhar a marcha de 2000, organizada pela Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB), quando foi fundado o Bloco do Oriente, entidade política representante de povos das Terras Baixas; e a marcha de 2002, planejada pela Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) e pelo Consejo Nacional de Ayllus y Markas del

Qullasuyu (CONAMAQ), organismos protagonistas de ações de cunho sindicais e originárias, sobretudo, nas Terras Altas.

Neste sentido, outros dois casos importantes foram a *Guerra da Água* em Cochabamba e a *Guerra do Gás*, ou *Conflitos de Outubro*, de 2003. Citadas no Preâmbulo Plurinacional, tais “guerras” se transformaram em marcadores da *antiga* e da *nova* maneira de se organizar politicamente e formular tomadas de decisões. A primeira anunciou o surgimento da Coordinadora del Agua, espaço político guiado por afinidades coletivas que aconteceram fora das redes dos *partidos tradicionales* – expressão que se tornou comum no vocabulário político local (Fornillo, 2010) –, com considerável participação de setores camponeses e dos movimentos sociais, ambos contrários à privatização das águas pela empresa Aguas del Tunari. A segunda virou um marco das medidas de nacionalização dos hidrocarbonetos, encampadas futuramente pelo MAS, mas pensadas sob agudas críticas às organicidades sindicais e partidárias.

Daí a sugestão de Raúl Prada Alcoreza (2008) sobre o momento ser interpretado a partir da dinâmica insurgente da *multidão*: a “massa desuniforme”, não propriamente contrária aos organismos “tradicionais” da política, mas construída para além deles. Na obra *Subversiones indígenas* (2008), um ensaio acerca dos levantes do contexto, o filósofo boliviano, membro da Constituinte de 2007, levanta a hipótese de ser um falso problema a necessidade de *consciência de classe* (em termos proletários) para o acontecimento de motins contra o capital. Em sentido similar, Raquel Gutiérrez Aguilar, em *Los ritmos del Pachakuti* (2008), analisa como os protestos daqueles anos, de um alcance prático e regional, acabaram por irradiar temas e radicalidades por diferentes regiões do país, influenciando a criação de pactos pontuais e pragmáticos entre organismos políticos e as inclusões não institucionalizadas de agentes nos espaços das organizações.

O título do livro de Gutiérrez se refere à *Pachakuti*: o retorno andino no/do tempo-espaço. O conceito de *pacha* unifica tempo e espaço, engloba criador e criatura, corporifica, nas tradições andinas, o universo e a terra, e também faz o inverso, conectando a imensidão da Cordilheira dos Andes, árida região do Altiplano, ao ventre de onde germina tudo o que se pode extrair e devolver ao

solo, modernamente intitulado de *Mãe-Terra (Pachamama)*. *Kutik*, do aymara, significa “retorno”, ou “reversão”. Eis um recurso frequente entre movimentos e intelectualidade, de que a autora lançou mão, tendo sido ela mesma ativa nos protestos de 2000, a saber: *Pachakutik* é o retorno a uma realidade que não está exatamente no passado, e tampouco se realiza em um absoluto futuro, que *está* e *acontece* em um movimento indeterminado, de memória e cosmovisão.

Nas conclusões de Prada (2008) e Gutiérrez (2008), ficam sublinhadas a tensão entre os movimentos sociais, os determinismos, as teleologias e as tendências de estatização da política, mas também a dimensão “concreta” dos ocorridos comentados. Afinal, foi em torno de organismos como a Coordinadora del Agua e a CSUTCB, o partido Movimiento Indígena Pachakutik (MIP), a Federación de Juntas Vecinales de La Paz (FEJUVE), estudados por Prada e Gutiérrez, que os protestos da abertura do século XXI destituíram quatro governos da Presidência da República: Jorge Quiroga Ramírez (2001-2002), Gonzalo Sánchez de Lozada (2002-2003), Carlos Mesa Gisbert (2003-2005) e Eduardo Rodríguez Veltzé (2005).⁸

Indeterminação e subversão em um contexto de crítica da crítica

Conforme afirmou Javier Sanjinés (2009), foi dentro do curso do *ainda não* da modernidade que acendeu entre os(as) bolivianos(as) uma linguagem intempestiva, mobilizada menos por *certezas racionais* e mais por *apostas incertezas*. *Rescuerdo del pasado: conflictos culturales en sociedades postcoloniales* (2009), livro escrito pelo linguista boliviano, apresenta esforços de análises voltados para o desafio de se narrar a história de sujeitos, coletivos e povos pouco representados pelas premissas de *origem* e *lógicas* do Progresso, não obstante, ligados a elas por comparação, alteridade e crítica.

⁸ Não obstante escapem do recorte deste artigo, é importante mencionar as marchas de 2011 e 2012, dois protestos que viraram símbolos da oposição indígena ao Governo Morales, já consideravelmente analisados (Bizarria, 2013; Nuñez del Prado, 2015). Nas ocasiões, povos do sudoeste do Beni, com apoio da CIDOB e do CONAMAQ, protestaram contra a construção da rodovia que, para fins de escoar a produção de grãos e a folha de coca, ligaria Villa Tunari (Cochabamba) a San Ignacio de Moxos (Beni), atravessando o Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS), terra de Mojos, Chimanes e Yuracarés.

O autor reflete sobre a plurinacionalidade dentro do que chamou de *passado dos Outros*, uma influência dos estudos pós-coloniais de Dipesh Chakrabarty, e do *tempo aberto*, com base no *Anjo da História*, de Walter Benjamin. Parte do título da obra, “*rescoldo*” (“rescaldo”, em português) se refere à *chama que não se apaga, brasa encoberta pelas cinzas*, àquilo que está pronto para se expandir, mas que provém de *tempos longínquos*, de *profundezas da história* – um diálogo com as *ruínas do passado*, de Benjamin. A *chama*, dito de outro modo, diz respeito a um potencial notavelmente transformador, mas imponderável, alheio às lógicas processuais do desenvolvimento da história, a uma insistência da existência, que não pode ser explicada pelo acúmulo de experiências que preserva um devir revolucionário, ou reduzida às expectativas de representatividade estatal.

Deste escopo teórico e metodológico, Sanjinés pondera o emprego universal das categorias meta-históricas de Reinhart Koselleck (*espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*), lendo-as como expressões de uma redução encobridora das formas plurais de se experimentar o tempo. E, bebendo da teoria dos tropos de Hayden White, sugere leitura relativamente inusitada acerca da imaginação histórica, opondo as narrativas dos *novos movimentos sociais* às metáforas totalizantes e “racionais” de Estado.

Nos movimentos sociais, estaria a contemporaneidade do não contemporâneo, o passado encoberto e o futuro incerto que o *ainda não* estatal poderia no máximo mediar. Escreveu o autor:

Falo sobre crises que têm uma dupla particularidade: que, em primeiro lugar, marca um momento de transição, um “umbral de época”, que introduz a “*outredade*”, o olhar do “Outro”, no incerto futuro; e que, em segundo lugar, e em estreita relação com este umbral, também introduz o passado no presente como o recurso do “Outro”. Na realidade, estas duas características acrescentam a função que a “contemporaneidade do não contemporâneo” cumpre na construção de uma nova política da cultura, chamada hoje de “plurinacionalidade” (Sanjinés, 2009, p. 27, tradução própria).

Inexistindo uma única história, no sentido de experiência vivida, tampouco existiria um devir que já não fosse plural e imponderável entre os(as) bolivianos(as). Sendo a história também uma disciplina construída a partir de

ingressos díspares na modernidade, essa mesma diversidade de tempo, experiências e futuros deveria se fazer valer na epistemologia da história – um desafio lançado para o(s) campo(s) da “ciência”. Observados pela crítica *subalterna* de Sanjinés, os ocorridos da última virada de século enunciaram a realidade e a presença do “*Outro*” e o “*Outro*” já como produto epistêmico, decorrência do jogo de espelho do dominador com o dominado. Sanjinés escreve sobre a potência deste “*Outro*” e a redução que o constitui em comparações com ideias e tipos ideais:

Dada a severa crise institucional pela qual atravessa nossa nação, verdadeiro *laboratório dos novos movimentos sociais*, deixa de ser possível a interpretação única, universal e homogênea, do tempo histórico, sendo necessário partirmos agora de “constantes isoladas” que oscilam entre o arcaico e o moderno, onde se encontram “particulares articulações históricas” que não participam exclusivamente do tempo homogêneo da modernidade europeia (Sanjinés, 2009, p. 28, grifo próprio, tradução própria).

Como se pode verificar, *Rescoldo del pasado* (2009) trabalha com relações de poder, assimetrias e incertezas da correlação de forças, um conflito entre enunciação e normatividade. Experiência passada, disciplina especializada e processo determinado de tempo guiam o entendimento de *história* do livro, não sendo aleatório que *história* e *Estado* tenham os seus significados imbricados em uma mesma constatação do domínio que exerce poder sobre os dominados.

Adotando o texto como ilustração da produção acadêmica local, pode-se dizer que a imaginação histórica boliviana reunia as qualidades de uma crítica da crítica, isto é, análises especializadas e de conjuntura não necessariamente tinham o Estado como o ponto último da ação, mas o observaram do entendimento de uma constante mediação. Semelhantemente, as experiências passadas (*história*) e a disciplina que estuda o passado (*história*) formaram no contexto um novo quadro de possibilidades do debate público, uma novidade para se pensar a epistemologia e a política.⁹

⁹ A crítica *subalterna* de Sanjinés lembra a diferença entre a *Razão* e as *tradições de raciocínio* de Sanjay Seth (SETH, Sanjay. *Razão ou Raciocínio? História da historiografia*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 173-189, 2013.). De igual forma, as considerações sobre a epistemologia recordam o *referencial epistêmico silencioso* analisado por Ana Carolina Barbosa Pereira (PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018.).

De volta à *multidão* de Raúl Prada, é importante esclarecer, neste sentido, que *Subversiones indígenas* (2008) bebeu de criticidade semelhante. Destarte, *multidão* é a *forma* que *acontece*, que *está*, a aleatoriedade apenas aparente que em realidade expõe os limites de leitura e da política hegemônica do “mundo-moderno-ocidental”, o choque entre diferentes sociedades, notado através de conflitos que deixam evidentes a coexistência de sociedades em um mesmo espaço e tempo.

Multidão, como o “*Outro*”, mobiliza o conceito, que apreende, e o contingente, que subverte a representatividade e pluraliza os vocabulários: a Nação e as nações, a soberania e as soberanias, a história e as histórias. Estudos de Michel Hardt e Antonio Negri estão no centro da *multidão* apresentada por Prada, mas também as ideias de Baruch Spinoza, Louis Althusser, Antônio Gramsci, Pierre Clastres e Gilles Deleuze. Desse escopo pós-estruturalista, a *multidão* se explica por um *materialismo aleatório*, tipo de dialética circunstancial, pragmática enquanto ato de subversão, mas não redutiva das qualidades dos agentes à ação em si.

Esta genealogia da rebelião não se desentende com as temporalidades imanentes à práxis da subversão. Retoma as historicidades efetivas não tanto em suas sequências, mas em suas intensidades. A medida das temporalidades é relativa. Depende do referente. [...] a teoria é possível. Mas não se trata de uma teoria de ruptura. Deve-se elaborar novas armas da crítica, considerando a crítica das armas desenvolvidas pelos rebeldes e subversivos.

Também existem histórias acumulativas. Pois não se deixa de considerar as experiências precedentes. Todavia, a soma delas não cria uma linearidade e uma continuidade, como se fosse um fio condutor que nos leva fatalmente à vitória ou à derrota. Nos paradigmas modernos, considerava-se o problema dos processos revolucionários desde um *telos*, desde uma finalidade preestabelecida, pressuposta com base na origem das contradições estruturais. Esta finalidade era a tomada do poder. Mas o que vem depois? Escapamos do poder? Escapamos do capitalismo e do colonialismo? [...] a experiência dos Estados socialistas da Europa Oriental nos ensina que, na medida em que não escapa da história, restaura-se o poder (Prada Alcoreza, 2008, p. 91-92, tradução própria).

A passagem recorda a antiga controvérsia revolucionária sobre a tomada dos instrumentos de poder do Estado, ao mesmo tempo, assinala os limites dos recursos de análises do “mundo-moderno-ocidental”, e faz dele mesmo uma

caricatura antagônica, a linguagem do dominante frente aos dominados. Novamente, *Estado* e *história* trazem significados que se confundem, e o acontecimento acompanha o que se está a chamar neste artigo de *crítica da crítica*.

Prada escreve sobre genealogias e incertezas, não origens e *telos*. O seu entendimento de *multidão* é incapaz de se fazer governo, entidade representativa dos dominados, e todos esses elementos assinalam os sujeitos e os coletivos como agentes da transformação, em detrimento de uma metanarrativa de Estado e da história. Tanto a economia política liberal quanto o economicismo revolucionário marxista constroem o passado das críticas anteriores às mobilizações da contemporaneidade, a história da história dos movimentos sociais narrada pelo autor.

Na retórica indagadora do filósofo boliviano, é a forma-multidão o que permite expressar o retorno impossível aos passados originários e a demanda de uma nova nação e experiência democrática radical, o futuro que está no passado imemorial e a convocatória para se arriscar construir o *Estado Plurinacional* – espécie de transição sem etapa predeterminada para o *Estado Integral*, conceito que indica a influência de Gramsci no pensamento de Prada (Fornillo, 2010).

Subversiones indígenas (2008) conclui, entre outros pontos, que estaria nos *ayllus* a administração comunitária de distribuição política e agrônoma a que a *multidão* apenas pode dar expressão, a comunidade e o território coletivo anterior ao Estado. Às voltas da memória de Tiwanaku (ruínas da região de Titicaca), seria menos relevante endossar a prova “científica” da arqueologia e da antropologia sobre a existência de outros tipos de Estado (ou de sociedades contra o Estado, obviamente, um diálogo com Clastres), e mais importante fortalecer estratégias de constituição de outros tipos de condicionantes políticos e legitimidades históricas.

Temporalidade, direitos e realidade *abigarrada*

Retomando as ideias de René Zavaleta, Luis Tapia Mealla (2006) sugere a leitura do contexto boliviano sob a forma de um *momento constitutivo*: conceito

que o sociólogo, falecido em 1984, desenvolveu para designar momentos da convergência de incertezas que tornam aparentes as características decisivas de um cotidiano social em sua totalidade. Aliando o conceito a outro, a *formação abigarrada*, também de matriz zavaletiana, a linha argumentativa de Tapia percorre um outro caminho do *indeterminado*, às voltas do que chamou de *núcleo comum*.

O *núcleo* subverte a concepção de tempo cujas lógicas determinam um fim preestabelecido no Estado. Ao passo que o *comum* dá conta de experiências históricas e devires múltiplos do *abigarrado*, que desafiam o monopólio de uma única matriz de cidadania e justiça. Tapia apresenta prognóstico provocativo: o *núcleo comum* não existe, mas pode existir.

O comum precisa ser inventado, ou é preciso que se continue o inventando, a partir da *institucionalização das formas históricas* de deliberação e participação política das diversidades de coletividades e comunidades existentes nos territórios e *histórias do país*. [...] a política é uma questão de relação entre vários sujeitos em ação pública. Como disse Hannah Arendt, a política se constrói através da pluralidade e não da identidade ou da unidade (Tapia Mealla, 2006, p. 9-10, tradução e grifos próprios).

A citação dá conta da história que, fundamentando-se em realidades passadas, alimenta devires no plural. *Momento constitutivo* auxiliaria a explicação do conteúdo potente dos levantes e do agenciamento das instituições daqueles anos. E o *abigarrado*, em um esforço de tradução, o *variegado*, lançaria luz sobre as “muitas Bolívias” onde modos de produção coexistem, em que tempos agrários, comunais e liberais dividem o território de uma “mesma Bolívia”.¹⁰

¹⁰ *Momento constitutivo* e *formação abigarrada* são conceitos de matriz gramsciana, desenvolvidos por Zavaleta em conformidade com o marxismo andino que desde Mariátegui (2010) construiu interesse particular pelos temas da cultura. “É óbvio que o *momento constitutivo* se refere à causa última de cada sociedade, a sua genealogia profunda, como dizia Hegel” (Zavaleta Mercado, 2008, p. 38, tradução própria). No pensamento de Zavaleta, *momentos constitutivos* podem ser crises profundas, uma revolta, uma guerra, porque tendem a pôr em choque diferenças históricas entre classes, nações e Estados. Já a *formação abigarrada* manifesta a não uniformidade, para além dos aspectos de negatividade, qual seja: não se explica pela história da formação do trabalho juridicamente livre, pelo nascimento da indústria e da luta de classes entre capitalistas e proletários; *não* divide essa mesma história com o *Velho Continente*, e tem a sua própria história, positividade e, evidentemente, dialética. Além dos textos de Luis Tapia, provavelmente, o maior intérprete de Zavaleta, trabalhos de Huáscar Antezana (HUÁSCAR ANTEZANA, Luis. Dos conceptos en la obra de René Zavaleta Mercado: Formación abigarrada y democracia como autodeterminación. In: OLIVÉ, León et al. *Pluralismo epistemológico*. Bolívia: Muela del Diablo Editores: CIDES-UMSA: CLACSO: Comuna, 2009. p. 117-142.) e Cunha Filho (2015) também exploram os conceitos.

La invención del núcleo común: ciudadanía y gobierno multisocietal (2006), o texto citado de Tapia, expõe de quais sortes a cidadania boliviana foi criada sob premissas do jusnaturalismo que contemplaram pequena parcela da população. Além das questões comentadas, e de outras que escapam à síntese do momento, o conteúdo do texto recorda que o sufrágio universal boliviano é datado de 1956, *embora* o Estado independente da Bolívia seja de 1825: “uma temporalidade diferente entre os Estados do centro capitalista e os da periferia” (Tapia Mealla, 2006, p. 23, tradução própria), criadora da impressão de que existe uma falta de sincronia do(as) bolivianos(as) com as demais populações do mundo.

As fases de conquistas de direitos no país, provocou o filósofo boliviano, não acompanham a famosa estruturação de Thomas Marshall, a saber: o surgimento do direito ao livre-pensar, no século XVIII, e o direito à participação política, no XIX. Choque entre teoria e prática, foi dentro desse tipo de “verdade universal” que Tapia elaborou a subversão do jusnaturalismo, fundamentando-se no problema de as liberdades individuais estarem historicamente condicionadas à posse e à segurança jurídica da propriedade desde a colonização, um condicionante da ação política e da liberdade de pensamento.

Para o autor, foi tal segurança que deu garantia legal para os regimes patrimoniais e patriarcais que se implantaram em solo boliviano. Leitura que torna a participação política uma conquista relativamente recente, ao menos se vista do ângulo de povos indígenas, sujeitos que não participaram diretamente da democracia durante quase um século na Bolívia e que prestaram serviços não pagos aos seus “senhores” até meados do século XX. É importante citar que a *pongueaje*, ou *pongo*, foi um tipo de trabalho não pago prestado por indígenas nas fazendas bolivianas até 1953, o mesmo ano do início da reforma agrária, capitaneada pelo Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), partido vanguardista dos anos 1950, que regularizou as propriedades rurais de aproximadamente metade da população, não obstante, sob a égide do modelo privado do uso da terra.

Mais de 150 anos separam a Declaração dos Direitos dos Homens (de 1793) do sufrágio universal boliviano: desse significado de carência de sincronização com o fluxo de tempo, Tapia expõe o determinismo epistemológico do *continuo*

moderno, suas correlações causais da distância (espacial) revelada pelo tempo. *Tiempo, poiesis y modelos de regularidade* (2009), outro texto dele, assinala como a formação de modelos de regularidade e de explicações precisa ser lida dentro das imaginações científicas que orientam a criação da “*realidade*”. No artigo, e nos termos do autor, fica expressa uma diferença tão analítica, quanto politicamente relevante, em que, de um lado, estaria a *termodinâmica* ideia de a realidade ser fruto natural e constante da *mutação, mudança e novidade* e, de outro lado, a necessidade de teoria que evita o fechamento do real, a demanda por teoria que sintetiza o movimento, e não o seu encerramento.

“Com isso, não quero levantar a impossibilidade da teoria, mas dizer que o uso da teoria sempre necessita da produção de mais teoria, uma e outra vez” (Tapia Mealla, 2009, p. 187, tradução própria). A conclusão justifica a hipótese de o tempo presente ser a síntese do tempo em constante movimento, não havendo uma consciência manifesta pela temporalidade em si. *Formação abigarrada* novamente constrói a trilha do pensamento do autor. Destarte, se a alienação separa pessoas de suas ideias, concepções de seus feitos, considerar as múltiplas profundidades e os ritmos de transformações se torna um desafio social e político, um problema de análise e de síntese.

Novo estado da política: um retorno a 1952

Na última virada de século, o contexto social boliviano foi favorável às ações coletivas e à criação de blocos de atuações norteados por estratégias de afinidades. Havia na ocasião um conjunto de novidades, e, mesmo que pareça tautológico afirmar que as transformações anunciaram *novos tempos*, diante da temporalidade progressiva da modernidade, a declaração não passa de uma maneira de historicizar alguns dos fenômenos marcantes de então, forma de apontar quem foram os agentes políticos, de citar ao menos parte de seus feitos e resultados e de desviar da mensagem de que foi o próprio tempo o agente transformador do momento.

Duas questões podem representar o novo estado da política boliviana, a título sumário: a resignificação da força e do papel social centrípeto do Estado, e a retomada da estratégia de pactuação entre as organizações sociais e o Estado.

Fenômenos inseridos em um recorte de diferentes durações, importantes em tempos recentes, mas compreendidos comparativamente com acontecimentos de meados do século XX, de acordo com dois quadros de considerações.

Primeiro, se está correto afirmar que MNR, nos anos 1950, foi o primeiro partido político que aproximou o Estado da Bolívia à “massa boliviana”, o MAS, na década de 2000, foi a legenda que retomou o Estado como instrumento de controle e gestão dos recursos naturais e da participação pública. Anti-imperialismo, nacionalizações de empresas e mobilização da ideia de *nação* à esquerda do espectro político são exemplos do que atravessou o conteúdo ideológico e programático dos dois partidos (Nicolas; Quisbert, 2014).

Na metade do século passado, o MNR liderou a nacionalização das minas, a conversão da economia boliviana em uma maioria administrativamente estatal, a criação de escolas em áreas rurais, além de tê-lo feito com a reforma agrária e o voto universal. Nasceram no momento a Corporación Minera de Bolivia (COMIBOL) e a Central Obrera Boliviana (COB), um dos maiores organismos sindicais da América Latina. O MAS, por seu turno, esteve à frente do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos, da criação de indústrias (a Papebol, a Lacteosbol, a Cartonbol e a Azucarbol), do desenvolvimentismo e da contraditória implantação de agendas ambientais e do pluralismo jurídico. Enquanto governo, desenvolveu políticas de transferência de renda e de escolarização que diminuíram a pobreza extrema do país e levaram a Bolívia a ser declarada território livre do analfabetismo em 2008.

Segundo, vale a pena mencionar o conteúdo de dois acordos firmados entre a sociedade e o Estado na Bolívia: o Pacto Militar-Campesino, que abriu o processo de ditadura civil-militar em 1964, e o Pacto de Unidade e Compromisso, de 2002, que deu cabo às articulações que tornaram possíveis a ascensão governamental do MAS (Svampa, 2010). Os dois casos apontam para a “tradição assembleísta” da sociedade boliviana, para as suas disposições de agenciamento através da palavra, da consulta, do debate e da divergência (Prada Alcoreza, 2008). No limite, indicam dada tendência de tomadas de decisões plebiscitárias entre os(as) bolivianos(as).

O acordo de 1964 foi pactuado entre setores da alta hierarquia militar, historicamente próximos ao MNR e outros partidos da esquerda local, e lideranças camponesas. Entre outros frutos, o pacto arrefeceu discussões acerca dos territórios comunais, um antigo problema para o Estado e objeto de mobilização para a sociedade, especialmente no Altiplano. Dos anos 1970 adiante, o acordo legou dúvidas, inseguranças e críticas generalizadas ao universo político dos partidos e sindicatos. Já o pacto de 2002 foi o fórum dos organismos que deram apoio à candidatura de Evo. Trata-se do mesmo conjunto de organizações que propôs e construiu a Assembleia Constituinte de 2007, e foram algumas delas: a CSUTCB, o CONAMAQ, a CIDOB e a Asamblea del Pueblo Guaraní (APG).

Mediações entre sociedade e Estado e modulações entre ações e ideias ditaram os termos da imaginação histórica recente. Da “ascensão das massas” em 1952, passando pelo Pacto Militar-Campesino e a queda de legitimidade dos *partidos tradicionais*, nasceram os *novos movimientos sociales* (Sanjinés, 2009), a concepção de *partido-movimiento* que deu segurança para o apoio formal das organizações à candidatura de Evo.¹¹

Grosso modo, foi a propósito dessa comparação que Silvia Cusicanqui, Raúl Prada e Luis Tapia deram centralidade às experiências de meados do século passado, quando propuseram um recurso de análise do pensamento social comumente utilizado entre os(as) especialistas: a tríade mnemônica da *memória longa, média e curta*.

A *memória longa* faz alusão aos enfrentamentos indígenas às autoridades espanholas dos tempos coloniais, àquilo que se fez presente nos acontecimentos registrados na *memória curta* (por sua vez, um referente aos protestos dos anos 1990 e 2000). No recorte, ambas as memórias seriam mediadas pela *memória média*, que depõe sobre os fenômenos abertos em 1952. Eis um recurso criador

¹¹ *Partido-movimiento* foi a forma como o MAS apresentou Evo para o jogo político daqueles anos. Proveniente da tendência *Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos* (IPSP), o partido agremiou centrais cocaleras (em especial, a *Coordinadora de Productores de Coca* (CPC), de onde se originou a tese do *instrumento político*, por volta de 1995) e intelectuais indígenas e não indígenas, setores da classe média e camponeses, um quadro diversificado e dotado de linguagem familiar aos espaços urbanos e universitários. *Instrumento para...:* durante a candidatura de Evo, canalizaram-se intenções e identidades, construíram-se alianças que formaram um programa em movimento.

de pontes entre as lutas e negociações, formulador de um *contínuo* de longa duração para a leitura das demandas dos organismos indígenas e camponeses do século XXI.¹²

Aliás, o próprio René Zavaleta teve passagem pelo MNR, foi Ministro de Minas e Petróleo da Bolívia em 1964. *Lo nacional-popular en Bolivia* (2008), livro dele, com publicação póstuma, de 1986, recuperou análises construídas nos anos 1940 e 1950. Augusto Céspedes Patzi, Tristán Marof, Fausto Reinaga, Carlos Montenegro e Zavaleta são os intelectuais expoentes da chamada *geração do pós-Guerra do Chaco*. Rupturas e continuidades: foi diante do clássico problema de as oligarquias serem o grupo social que se confundiu com o Estado – tornando-se elas mesmas o Estado, conforme entendeu Montenegro (Montenegro Quiroga, 1982), cofundador do MNR em 1943 – que Zavaleta construiu leituras sobre a carência de autonomia relativa do Estado, a formação *abigarrada*, e, em perspectiva de crítica da crítica, sobre o dogmatismo revolucionário de se enxergar o camponês como classe camponesa (europeia), destinada a ser liderada por um governo proletário (trabalhador industrial).

“Em realidade, tudo indica que o campesinato tinha sua própria acumulação de classes e também, por assim dizer, sua própria história de classe dentro da história das classes” (Zavaleta Mercado, 2008, p. 13, tradução própria). O conhecimento histórico aparece nos escritos de Zavaleta como saber implicado pela crítica social que envolve não apenas o acesso a direitos, mas também a invenção de direitos. Leitura que enxerga o tempo histórico de um ângulo indeterminado, dialético, determinado por condições objetivas, possíveis de serem compreendidas e aproveitadas pelos agentes da política. Sociedade e Estado, ações e ideias, mediações e modulações: a intelectualidade boliviana construiu com a *memória média* uma ponte entre análise e prática política.

¹² A tríade aparece em Svampa (2010), Albó (ALBÓ, Xavier. 25 años de democracia, participación campesino indígena y cambios reales en la sociedad. *In: ALBÓ, Xavier et al. Bolivia, 25 años construyendo la democracia: Visiones sobre el proceso democrático en Bolivia 1982-2007*. La Paz: Vice-Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia, 2008, p. 39-58.), Nicolas e Quisbert (2014), Pannain (PANNAIN, Rafaela Nunes. *A crise do Estado boliviano e a autonomia indígena*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), 2014.); Duval (DUVAL, Fábio Amaro da Silveira. *Os movimentos e povos indígenas e a politização da etnicidade na Bolívia e no Peru*. das etnogêneses às esquerdas no poder. 318 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília (UNB), 2014.), Iamamoto (2011) e Mata (2016).

Katarismo e o início da plurinacionalidade

Pode-se dizer que os *Willka* não poderiam ter existido sem os *Katari*. Tampouco 52 [...] poderia ter existido sem Willka. As classes sociais e os homens fazem a história acreditando que as fazem, mas na realidade a repetem de modo inconsciente, ao mesmo tempo que a transformam. Assim como os mineiros são herdeiros do forasteiro, o *ccajcha* e a *mita*, a luta campesina está sem dúvida interpelada pelas velhas mobilizações das comunidades e dos *ayllus*. E outro tanto se pode dizer, por certo, acerca da herança oligárquica (Zavaleta Mercado, 2008, p. 114, grifo próprio, tradução própria).

As palavras grifadas representam a continuidade da história de Zavaleta e servem de linha condutora para a memória indígena e campesina dos tempos recentes. *Ccajcha* é um ritmo musical andino e a *mita* diz respeito ao antigo tributo “inca”, incorporado pelos hispânicos. *Willka*, título hereditário, de cunho milenarista e transpessoal, ganhou aspecto honorífico durante a Guerra Federal (1898-1899), quando Pablo Zárate Willka, entre outros *willkas*, liderou seções do exército federalista de La Paz contra Sucre. No aymara, significa *Sol*. Tupaj Katari foi o líder da sublevação indígena contra os espanhóis em 1781 que herdou poder político e encarnação de mando semelhante: *Tupaj* dá nome a uma descendência guerreira, a se ver pelos dois mais famosos deles, Tupaj Amaru I e II.

Em textos históricos das décadas de 1920 e 1930, Zárate Willka aparece acompanhado do codinome *O Temível*, símbolo do risco de poder e crescimento da influência dos povos originários. Em discordância aberta com autores que contribuíram para o desenvolvimento da leitura (Arguedas Díaz, 1967), Zavaleta e, antes dele, Montenegro (1982) acusaram o “*xenofobismo*” (medo do estrangeiro) constante na historiografia da abertura do século diante de um tipo de “estrangeiro interno”, o temor frente a um sujeito supostamente alheio aos temas importantes da Bolívia. E, em certa medida, Javier Sanjinés (2009), Raúl Prada (2008), Luis Tapia (2009) e Silvia Cusicanqui Rivera (2010b) deram continuidade à discordância.

Tupaj Katari, símbolo das lutas anticoloniais, teve o seu nome tomado de empréstimo pelas organizações *kataristas* que surgiram na década de 1970, em especial, por partidos que conquistaram projeção na política nacional a partir das pautas ligadas às soberanias dos povos indígenas. Neste uso político da memória de Katari (Scott, 2023), de sua apropriação enquanto identidade coletiva e unidade

de discurso, formaram-se os partidos Movimiento Índio Tupaj Katari (MITKA) e Movimiento Revolucionario Tupaj Katari (MRTK) em 1978. Organismos que não obtiveram grande sucesso na política parlamentar, mas que durante anos foram a maioria política da CSUTCB – e que exemplificam a centralidade da memória campesina e indígena também através das orientações de setores orgânicos da política.

A memória de Tupaj Katari não passou despercebida pela criticidade boliviana. E, neste sentido, o Ejército Guerrillero Túpac Katari (EGTK) é outro coletivo interessante de ser mencionado. Entidade com foco na luta armada, com presença notável na política local, nasceu em 1986, e foi desarticulada em 1992, com a prisão de alguns de seus membros (entre eles, Álvaro García Linera e Raquel Gutiérrez). Cabendo mencionar, ainda, a formação do MIP, em 2000, partido de orientação katarista e espaço de atuação de Felipe Quispe Huanca, *El Mallku*, presidente da CSUTCB de 1998 a 2001 – uma liderança de oposição à esquerda ao primeiro Governo Morales.¹³

Foi durante o congresso da CSUTCB de 1983 que a plurinacionalidade, pela primeira vez, veio a ser organizada e interpretada, *ainda* em um ambiente político, não propriamente jurídico. *Tesis Política* deu o título ao texto-manifesto assinado pelo Comitê Executivo da CSUTCB. Lê-se nele, citado na íntegra no anexo de *“Oprimidos pero no vencidos”: luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980* (2010), livro de Silvia Cusicanqui, editado na sua primeira tiragem, em 1984, em parceria com a CSUTCB:

Os campesinos aymaras, quéchuas, cambas, chapacos, chiquitanos, canichanas, itenamas, cayubabas, ayoreodes, tupiwaranies e outros, somos os legítimos donos desta terra. [...] somos os herdeiros legítimos das grandes sociedades pré-hispânicas, tanto os que construíram a civilização andina, com as civilizações das planícies tropicais. Nossa história não é somente coisa do passado; também é o presente e o futuro, que se resumem em uma luta permanente por reafirmar nossa própria identidade histórica, pelo desenvolvimento de nossa cultura e, com personalidade própria, para sermos sujeitos e não objetos da história (Rivera Cusicanqui, 2010b, p. 230, tradução própria).

¹³ O MIP teve como parte de seu diferencial a radicalidade de discurso e a bandeira de reconstituição do *Qullasuyu*, isto é, a reconstrução da unidade do extremo sul do *Tawantinsuyu*, denominação originária do que ficou conhecido no “Ocidente” como *Império Inca*. Representa como as ideias provocativas, de significados não necessariamente literais, circularam entre intelectuais, partidos, sindicatos e movimentos.

Tesis Política faz tipo de prelúdio do Preâmbulo Constitucional de 2009, põe em narrativa coesa e claramente politizada alguns dos problemas assinalados neste artigo.

Deste tipo de criticidade, os(as) bolivianos(as) construíram “finalidades da história”, buscaram deixar de ser cidadãos de *segunda classe*, sem virarem, tampouco, *cidadãos universais* (Rivera Cusicanqui, 2010b), não mais “*trabalhadores da terra*”, “*proletários do campo*”, tampouco seres que estão fora da história da luta de classes (Rocha, 2006). Para além, a gramática do novo Estado encontrou com o katarismo a possibilidade de repercutir a ideia de uma *sociedade harmoniosa*, do *homem novo* (Untoja Choque, 2010): a *Wiphala*, famosa bandeira de sete cores quadriculada e, conforme o Artigo 6 da CPE Pluricinacional, um dos símbolos nacionais da Bolívia, foi pensada por quadros da CSUTCB; e cabe assinalar, por fim, que o nome *Tupaj Katari* batizou o satélite de comunicação boliviano construído em parceria com a China em 2009 (Svampa, 2009).

As correntes kataristas contribuíram para a construção do horizonte de camponeses e indígenas *pensado de si e para si* (Rocha, 2006), um diálogo entre o *indigenismo* – a corrente de pensamento latino-americana que, entre os anos 1920 e 1970, exaltou o passado dos índios, ajudou a racializá-los, a construir a necessidade da integração deles à comunidade nacional e a equiparação com a “classe agrária” – e o *indianismo* – um dos alicerces ideológicos da CSUTCB, proveniência da crítica *radical* de *Tesis Política*, no duplo significado de *origem* e de *acirramento* que a palavra traz. *Indianismo* costuma ser acompanhado de *katarismo* no pensamento social e na historiografia da Bolívia, formando o par *indianismo-katarista*, ou *katatarismo-indianista*.

Grosso modo, o *indianismo* garantiu a estrutura metonímica dos discursos kataristas, a troca do nome de uma coisa por outra, *memória* e *identidade*, *cultura* e *justiça*, tal como o *katarismo* o fez em sinédoque com o indianismo, a parte que justifica o todo, as *soberanias dos povos*, através do *Estado*, o *passado dos povos originários*, sob o *passado plurinacional*, as *autonomias indígenas*, convertidas em *plurinacionalidade*.

Imaginação histórica e o *perfil multiorganizativo* da Bolívia

Luis Tapia e Raúl Prada fizeram parte do Grupo Comuna, coletivo de intelectuais existente entre 1999 e 2010, que produziu e difundiu textos de interpretação dos ocorridos daqueles anos, juntamente com Oscar Veja Camacho, Raquel Gutiérrez Aguilar e Álvaro García Linera – nomes célebres da intelectualidade que assumiu projeção no debate público, com destaque para Linera, que, entre 2006 e 2019, foi Vice-Presidente da República. Ecoaram na imaginação histórica daquela virada de século o futuro passado das teorias, das práticas revolucionárias e da luta de classes, e a ponderação dos dogmas revolucionários que no passado inseriram os povos originais em um registro passadista da história (Gonçalves, 2013; Rocha, 2006; Zavaleta Mercado, 2008).

Rodrigo Santaella Gonçalves escreve que, em manifestações “dos anos 2000 [...] alguns jovens saem com faixas estampadas com a logo que aparecia nos livros do Comuna” (Gonçalves, 2013, p. 57). Em meio às contradições, diferenças e divergências internas, a intelectualidade “militante” assumiu protagonismo na arquitetura de uma “alternativa de sociedade”, na criação da ideia de um *novo país* (Camargo, 2006).¹⁴

Tomadas em bloco, as considerações dos(as) autores(as) lembram advertências e problemáticas de circulação internacional: os conselhos de Rosa Luxemburgo ao premiê Vladimir Lênin acerca da introdução da consciência socialista feita “de fora” para “dentro” (Besancenot; Löwy, 2016); o socialismo andino de Alberto Flores Galindo, notadamente, a sua *ucronia*, “esforço de se realizar uma leitura do passado levando em conta fatos que não se consolidaram [...] história daquilo que não é, mas poderia ter sido” (Pinheiro, 2013, p. 128); o enfoque nos temas econômicos e especialmente na “questão agrária” como maneira de “descobrir o indígena” (Mariátegui, 2010); o significado nevrálgico do

¹⁴ Entre livros individuais e coletâneas de artigos, os textos do grupo foram editados pela Muela Del Diablo, editora pacencha (natural da cidade de La Paz), e circularam em publicações feitas pela própria Vice-Presidência do Estado Plurinacional e, Bolívia afora, em obras difundidas pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). *El fantasma insomne* (1999), livro assinado por Gutiérrez, Linera, Tapia e Prada, fez uma releitura do manifesto do Partido Comunista à luz da ascensão indígena e campesina do contexto e recebeu apoio financeiro da Coordinadora del Agua para a edição. *El retorno de la Bolívia plebeya* (2007), escrito pelos quatro, consagrou a relevância do grupo, que circulou em espaços orgânicos da política latino-americana e ocupou toda variedade de discussões universitárias e do mercado editorial.

processo de colonização para a economia política (Oliveira, 2024); a *formação abigarrada* de Zavaleta (Zavaleta Mercado, 2008).

Afinal, devido ao fato de a Bolívia ser um país de maioria indígena, teria ela a “missão” de instalar um modelo plurinacional de Estado? A hipótese hegeliana de toda história ter como destino a realização do Estado, direta ou indiretamente, foi satélite na mobilização dos conceitos, das categorias de análises e das expressões dos(as) bolivianos(as). Enunciação e normatividade, tensões, dúvidas e aporias presentes nas obras citadas declararam o imponderável do futuro do país e legaram a *indeterminação* ao estado de uma categoria política, ela mesma, inscrita nas gramáticas de Estado contra a tendência de homogeneização dos povos indígenas e em favor da valorização da pluralidade como elemento de potência e subversão.

El laboratorio boliviano: cambios, tensiones y ambivalencias del gobierno de Evo Morales (2010), texto da sociologia argentina Maristela Svampa, apresenta uma relativa síntese das questões comentadas até aqui. E o *laboratório*, neste caso, depõe sobre as contradições do processo de transformação vivido pelos(as) bolivianos(as) no primeiro Governo Morales.

A Bolívia plurinacional de Savmpa é uma constelação de siglas de organizações em conflito, ou sob consensos tácitos: lugar de movimentos hábeis com a denúncia de problemas sociais, mas estranhos à administração das políticas de Estado; o abrigo do tecido comunitário e dos territórios originários, e também das ONGs e de suas linguagens técnicas de proteção das “minorias”; o espaço das intersecções entre *etnia* e *classe* dos organismos sindicais, *parentesco* e *trabalho* das juntas vicinais. Diversidade cultural e política que a autora denomina de *perfil multiorganizativo*, uma definição dupla, que caracteriza a quantidade de organizações e a diversidade de suas orientações.¹⁵

¹⁵ Entre 1990 e 2000, 458 novas ONGs foram registradas em solo boliviano (Fornillo, 2010). O acontecimento alavancou o volume de donativos estrangeiros e aumentou a variedade de forças do quadro das mediações políticas. Tal diversidade é visível nos muitos relatórios macroeconômicos da United States Agency for International Development (USAID) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que se tornaram rotineiros no mercado editorial boliviano.

El laboratorio boliviano (2010) traz o diferencial, em comparação com os textos do Grupo Comuna, de historicizar a invenção do novo modelo estatal sem o mesmo tipo de engajamento e de fazê-lo em perspectiva, observando a realização plurinacional quase cinco anos após a eleição de Evo. Cabe assinalar, neste sentido, que o que aparece como *realização* nesse artigo, no texto da socióloga, é examinado desde a ambiguidade coexistente nas expectativas emancipatórias frente à condição de impasse do avanço das conquistas constitucionais, a se ver pelo que a autora escreveu sobre a Constituinte:

A Assembleia Constituinte, criada como espaço da imaginação radical, ou, tal como definiu o próprio Álvaro García Linera, como o “lugar de encenação do novo pacto social”, já logo de início se transformou em uma zona de *impasse* e rápido desgaste político (Svampa, 2010, p. 31, tradução própria).

Impasse aponta para assuntos internos à Constituinte e, no geral, para a correlação de forças entre organismos políticos, intelectualidade, governo e Estado. Com o recurso, ficam em evidência as interferências da Presidência e da Vice-Presidência na Constituinte e a pressão dos governos regionais (departamentais) no acontecimento de 2007. Destaca-se, além disso, a verticalização da política em torno da figura carismática de Evo e das estratégias do MAS e de parte da intelectualidade, a ambivalente nova realidade dos povos originários, institucionalmente legitimados pela CPE, e convertidos em símbolos de um discurso alternativo de governo. Embora excepcional em muitos aspectos, o processo de transformação boliviano teria inventado uma caricatura às avessas, desta vez, feita sobre os agentes da contra-hegemonia.

Se o indeterminado e o subversivo foram centrais na invenção do modelo Plurinacional e da *nova história* mencionada no Preâmbulo Constitucional, os discursos de governo suscitaram a existência de dilemas “internos”, o controle dos sentidos e dos significados “externos”:

Reflexo dessa aspiração é [...] o documento de *El vivir bien como respuesta a las crisis global*, produto da Diplomacia boliviana feito para a Cúpula de Mudança Climática de Copenhague de 2009. [...] e a própria linguagem de Evo Morales está atravessada por fortes ambivalências: para fora, apresenta uma clara dimensão ecocomunitária, sobretudo, quando se refere às consequências da crise climática, quando propõe para as Nações Unidas [...] uma Declaração Universal de Direitos da Mãe Terra, a partir da base do

“bem viver”. Porém, para dentro, o governo reafirma um discurso e uma prática nacional-produtivista que se alinha e dá continuidade ao paradigma extrativista (Svampa, 2010, p. 44-46, tradução própria).

Visto desse ângulo, está correto afirmar que o país de *perfil multiorganizativo* inventou direitos que não podem ser reduzidos aos impasses e à repercussão internacional, ao mesmo tempo em que assinalou limites práticos do próprio trânsito indeterminado pensado pela imaginação histórica. A Bolívia precisaria crescer economicamente, explorar os recursos naturais, e assim distribuir renda e promover o bem-estar. Adotando as contribuições de Svampa como síntese relativa das questões comentadas neste artigo, enfatizam-se o desenvolvimentismo pautado pelo Governo Morales, já na condição de nova hegemonia, e a dependência financeira da exploração dos hidrocarbonetos e das economias de *commodities*, pontos sensíveis do pragmatismo político daqueles anos.

Por um lado, preservar a gramática moderna de Estado permitiu segurança jurídica para a Bolívia plurinacional, uma mesma linguagem política para os muitos organismos locais e a garantia de comunicação “entre mundos”. Por outro lado, a não linearidade da imaginação histórica foi subvertida, senão em sua totalidade, parcialmente, pela condição hegemônica do MAS, uma dialética que não cessou de ocorrer após a eleição de Evo e da promulgação da CPE.

Conclusão

A constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, conforme discutido neste artigo, deve ser compreendida em suas múltiplas temporalidades e ritmos de transformações. Ao ter conjugado tradições políticas diversas, experiências insurgentes, críticas teóricas e pragmáticas, a realização do novo Estado não se limitou à refundação jurídica e política do país, mas inaugurou um campo de disputas simbólicas e epistemológicas. Neste sentido, a imaginação histórica boliviana apareceu como produto e condição da ação política, em sua tensão constante entre hegemonia e contra-hegemonia, universalismo e particularidade, continuidades e rupturas. Trata-se de um esforço simultaneamente jurídico e

simbólico de articular sentidos da gramática moderna de Estado com as demandas por justiça e soberania dos setores sociais.

Indeterminação e subversão, entendidas como forças constituintes (não apenas reativas), moldaram tanto os limites quanto as potências do projeto plurinacional. Frente à tendência de captura das diferenças pelas racionalidades do Estado e da Nação, tentou-se debater sobre a Bolívia Plurinacional enquanto espaço de invenção, tensão e apostas incertas, apresentá-la sob a forma de uma abertura radical, atravessada por impasses, pluralidade dos tempos históricos, politização dos agentes sociais e pela potência política das formas coletivas de viver.

Referências

ARGUEDAS DÍAZ, Alcides. **Historia general de Bolivia**: (el proceso de la nacionalidad): 1809-1921. La Paz: Ediciones “Puerta del Sol”, 1967.

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. **Afinidades revolucionárias**: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BIZARRIA, Maria Teresa Braga. **Bem-viver (Suma Qamaña) e o neoextrativismo na Bolívia**: o caso TIPNIS. 118 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

BOLIVIA. **Nueva Constitución Política del Estado de 2009**. La Paz: Estado Plurinacional de Bolivia, 2009.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - a criação de um novo país**: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas à Evo Morales. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CHOQUEHUANCA TURPO, Aureliano. **Estado plurinacional**: reto del siglo XXI. camino hacia la Asamblea Constituyente. Propuesta política kecha tawantinsuyana. La Paz: Plural editores, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Conhecimento, cultura e “cultura.” *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 266-370.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. **A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano.** 312 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2015.

FORNILLO, Bruno. Intelectuales y política en la “Era Katarista”. *In*: SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo; FORNILLO, Bruno (org.). **Debatir Bolivia: perspectivas de un proyecto de descolonización.** Buenos Aires: Taurus, 2010. p. 61-96.

FUSARO, Diego *et al.* **Pensando el mundo desde Bolivia: IV Ciclo de Seminarios Internacionales.** La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2019.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

GARCÍA LINERA, Álvaro *et al.* **Las vías abiertas de América Latina: siete ensayos en busca de una respuesta: ¿fin de ciclo o repliegue temporal?.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Octubre, 2016.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella. **Intelectuais em movimento: o Grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia.** 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2013.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella. Transformações no bloco nacional-popular e novas formas organizativas na Bolívia: interpretações do Grupo Comuna. *In*: **A Bolívia no século XXI: estado plurinacional, mudança de elites e plurinacionalismo.** Curitiba: Appris, 2016. p. 95-124.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. **Los ritmos del Pachakuti.** La Paz: Textos Rebeldes, 2008.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

IAMAMOTO, Sue Angélica Serra. **O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade: revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009).** 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

KOMADINA, Jorge. Transformaciones sociales y nuevos sentidos de pertenencia en Bolivia. *In*: MODELOS DE IDENTIDAD Y SENTIDOS DE PERTENENCIA EN PERÚ Y BOLIVIA. [S. l.: s. n.], 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACERDA, Rosane Freire. **“Volveré, y seré millones”**: contribuições descoloniais dos movimentos indígenas latino-americanos para a superação do mito do Estado-Nação. 491 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF, 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2010.

MATA, Janaina Ferreira da. **“Nunca mais a Bolívia sem os povos indígenas”**: a trajetória do Estado-nação ao Estado Plurinacional. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2016.

MENDONZA LOZA, Gunnar. Problemas fundamentales de la historiografía y del historiógrafo. *In*: RIVERA CUSICANQUI, Silvia (org.). **Antología del pensamiento crítico boliviano**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 43-64.

MESA GISBERT, Carlos. **Presidentes de Bolivia**: entre rupturas y fusiles. La Paz: Gisbert, 2003.

MONTENEGRO QUIROGA, Carlos. **Nacionalismo y coloniaje**: su expresión histórica en la prensa de Bolivia. La Paz: Librería Editorial “Juventud”, 1982.

NICOLAS, Vincent; QUISBERT, Pablo. **Pachakuti**: el retorno de la nación: estudio comparativo del imaginário de nación de la Revolución Nacional y del Estado Plurinacional. La Paz: Fundación PIEB, 2014.

NUÑEZ DEL PRADO, José. **Utopía indígena truncada**: proyectos y praxis de poder indígena en Bolivia Plurinacional. [S. l.]: CIDES-UMSA, 2015.

OLIVÉ, León *et al.* **Pluralismo epistemológico**. Bolivia: Muela del Diablo Editores, CIDES-UMSA: CLACSO, Comuna, 2009.

OLIVEIRA, Pedro Rocha de. **Discurso filosófico da acumulação primitiva**: estudo sobre as origens do pensamento moderno. São Paulo: Elefante, 2024.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. *In*: VARELLA, Flávia Florentino (org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 9-30.

PINHEIRO, Marcos Sorrilha. **Utopia Andina**: socialismo e historiografia em Alberto Flores Galindo. São Paulo: Annablume, 2013.

PNUD-BOLIVIA. **Informe nacional sobre desarrollo humano 2007**: el estado del Estado en Bolivia. Bolívia: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2007.

PRADA ALCOREZA, Raúl. Estado plurinacional comunitario autonómico y pluralismo jurídico. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; EXENI RODRÍGUEZ, José Luis (org.). **Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia**. 2. ed. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2013. p. 407-444.

PRADA ALCOREZA, Raúl. **Subversiones indígenas**. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2008.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010a.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **"Oprimidos pero no vencidos"**: luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980. La Paz: Mirada Salvaje, 2010b.

ROCHA, Leandro Mendes. A configuração do Estado multiétnico e plurinacional na Bolívia. *In*: ROCHA, Leandro Mendes (org.). **Etnicidade e nação**. Goiânia: Cânone Editorial, 2006. p. 9-20.

ROMERO BONIFAZ, Carlos. Los ejes de la Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia. *In*: GARCÍA, Linera *et al.* **Miradas**: nuevo texto constitucional, universidad Mayor de San Andrés, 2010. p. 11-18.

SANJINÉS, Javier. **Rescaldos del pasado**: conflictos culturales en sociedades postcoloniales. La Paz: Fundación PIEB, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (org.). **Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2012.

SCOTT, Joan W. Os usos políticos da história. **Fronteiras. Revista Catarinense de história**, Chapecó, n. 41, p. 37-52, 2023.

SILVA, Cleverson Rodrigues da. A contribuição da ANPHLAC para o ensino e a pesquisa em história das Américas e sua inserção nas diversas regiões brasileiras. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [Macapá], p. 95-115, jan./jun. 2013. Dossiê Especial. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1251>. Acesso em: 27 fev. 2026.

SVAMPA, Maristella. El laboratorio boliviano: cambios, tensiones y ambivalencias del gobierno de Evo Morales. *In*: SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo; FORNILLO, Bruno. **Debatir Bolivia**: perspectivas de un proyecto de descolonización. Buenos Aires: Taurus, 2010. p. 21-60.

TAPIA MEALLA, Luis. **La condición multisocietal**: multiculturalidad, pluralismo, modernidad. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2002.

TAPIA MEALLA, Luis. **La invención del núcleo común**: ciudadanía y gobierno multisocietal. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2006.

TAPIA MEALLA, Luis. Tiempo, poiesis y modelos de regularidade. /n: OLIVÉ, León *et al.* **Pluralismo epistemológico**. Bolivia: Muela del Diablo Editores: CIDES-UMSA: CLACSO: Comuna, 2009. p. 177-192.

TRAVERSSO, Enzo. **Melancolia de esquerda**: marxismo, história e memória. Belo Horizonte: Ayiné, 2021.

UNTOJA CHOQUE, Fernando. Mitificación indigenista del pasado. /n: GARCÍA LINERA, Álvaro *et al.* **Miradas**: nuevo texto constitucional. [Bolívia]: Universidad Mayor de San Andrés, 2010. p. 253-260.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da USP, 2008.

ZAVALETA MERCADO, René. **Lo nacional-popular en Bolivia**. La Paz: Editora Plural, 2008.